



AMAZÔNIA OU AMAZÔNIAS? devastação da natureza, povos da floresta e lutas ambientalistas no Brasil

Entrevista Especial com o Professor Doutor Luis Otávio do Canto Lopes¹
Entrevistador: Professor Doutor Itaan de Jesus Pastor Santos²

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v27n1.2023.15>

Entrevistador: Considerando o quase abandono que o ambiente sofreu por parte do Estado brasileiro nos quatro anos anteriores a 2023, qual a sua análise das condições atuais da Amazônia?

Luis Otávio do Canto Lopes: Em primeiro lugar, é importante atinar para o fato de que a situação das amazônias, que já era terrível, só fez piorar com a chegada do governo Bolsonaro. É preciso destacar que territórios das múltiplas amazônias se mantêm historicamente em total ebulição. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1999 e 2018, ou seja, um pouco mais de 20 anos, nas amazônias foram assassinados 574 trabalhadores do campo; isto correspondeu a cerca de 70% dos assassinatos no campo brasileiro. Somente no estado do Pará, foram 294 (duzentos e noventa e quatro), correspondendo a mais de 50% dos assassinatos de trabalhadores do campo nas amazônias. Além disso, menos de 10% dos casos foram levados a julgamento nesse mesmo período. Nos anos do governo Bolsonaro os assassinatos continuaram em alta. Por exemplo, em 2019 foram mais de 20 (vinte) assassinatos e o ano de término do governo, até outubro, os números já superavam os 30 (trinta) assassinatos. Portanto, a situação das amazônias é extremamente preocupante. Em segundo lugar e, considerando que a violência é produto, sobretudo, da disputa pelos recursos naturais, onde o solo ocupa centralidade, os ambientes, nas suas múltiplas expressões, são o espelho de um sistema violento e de rapina que explora esses ambientes, ao longo da história. Nesse sentido, o governo Bolsonaro apenas fortaleceu esse processo cruel de exploração que subordina os menos favorecidos economicamente em nome de uma retórica de progresso e acumulação por parte de uma minoria.

¹ Geógrafo. Doutor em Desenvolvimento Rural (2009-2012), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS Prof. Titular da Universidade Federal do Pará. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia Membro do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (PPGEDAM/NUMA/UFPA) e Líder do Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias (GPSA-Amazônias)

² Médico Veterinário. Doutor em Agronomia pela Universidade Técnica de Lisboa. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Maranhão onde atua no Curso de Veterinária, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional e Coordena o LABEX - Núcleo de Extensão e Desenvolvimento.

Entrevistador: Você percebe diferenças nas áreas amazônicas do Maranhão ao Acre?

Luis Otávio do Canto Lopes: Nos últimos anos, embalado pelas leituras de muitos trabalhos e pelas minhas próprias pesquisas, me convenci de que a Amazônia, de fato, não existe. É uma invenção estrategicamente estruturada pelos colonizadores. A dita Amazônia, na verdade, é uma grande diversidade de ecossistemas naturais e ambientes construídos historicamente por diversos sujeitos sociais. Eu estou convencido de que as “amazônias” expressam melhor a diversidade entre o Maranhão e o Acre.

Entrevistador: O desmatamento da Amazônia gera que níveis de impactos às populações originárias?

Luis Otávio do Canto Lopes: O desmatamento é algo que nesse processo frenético de rapina precisa ser combatido, independentemente se afeta populações originárias, ou não. Muitas políticas públicas acertadas já aconteceram e continuam acontecendo para coibir o desmatamento. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), universidades, além de organizações não governamentais têm contribuído para ajudar a conter o desmatamento. Não obstante, o desmonte orquestrado pelo governo Bolsonaro foi extremamente maléfico e destruiu ecossistemas e ambientes que abrigam milhares de pessoas, sobretudo os mais pobres e os que têm um modo de vida diferentes da vida urbana.

Entrevistador: Por que os estados da Amazônia têm estratégias diferentes nos processos de conservação e preservação das suas florestas?

Luis Otávio do Canto Lopes: No fundo, as estratégias são as mesmas, ou seja, impostas pelo modelo de apropriação hegemônico dos recursos naturais e do trabalho. Não obstante, dependendo dos governos estaduais e do governo federal, mais ou menos sensíveis às questões ambientais, temos avanços e retrocessos das políticas ambientais, dentre elas um maior ou menor cuidado com o bem público, como é o caso em relação às florestas tuteladas pelo estado ou mesmo as florestas privadas, sob a regulamentação feita pelas legislações.

Entrevistador: Qual o papel da pesquisa para preservação da Amazônia?

Luis Otávio do Canto Lopes: Sem pesquisa não há possibilidade alguma. Hoje só conseguimos um certo controle sobre o desmatamento, usos do solo, destinação de áreas de floresta para o agronegócio, exploração mineral ilegal etc, por conta dos avanços de instrumentos e ferramentas que só se tornou possível a sua criação por conta de longos anos de pesquisas, sobretudo de teses e dissertações nas universidades e institutos de pesquisa; vale destacar a nível nacional e internacional, por isso o Brasil não pode abrir mão da ciência.

Entrevistador: As unidades de conservação e as terras indígenas são suficientes para garantir a manutenção do ambiente amazônico?

Luis Otávio do Canto Lopes: Não. Quando olhamos e interpretamos as imagens de satélites disponíveis percebemos o grau de importância das unidades de conservação e das terras indígenas, seja como conservação propriamente dita, seja como uma espécie de “muralha” que nos ajudou a deter um processo de rapina ordinário e egoísta conduzido pelos mais capitalizados e ávidos por ganhos máximos. Assim, as unidades de conservação e terras indígenas, na imagem de satélite mostram nitidamente as contradições do modelo econômico implementado por uma sociedade que ainda não se deu conta que a floresta em pé vale mais que pasto utilizado para especular no mercado de terra.

Entrevistador: O que significa para o clima no Brasil o recorde de desmatamento que aconteceu em 2021?

Luis Otávio do Canto Lopes: Hoje a ciência já dispõe de conhecimento sobre os efeitos do desmatamento na dinâmica atmosférica. Sabe-se que a Amazônia Legal ou as amazônias ocupam cerca de 60% do território nacional; nesse sentido, a alteração do regime de chuvas e temperatura nas amazônias implicam em mudanças importantes na disponibilidade de chuvas, erosão, assoreamento dos rios, lagos, igarapés, alagamentos. Portanto, o peso da responsabilidade, relativo ao desmatamento das amazônias e em outros biomas do Brasil, está sendo pago por toda a sociedade brasileira.

Entrevistador: O quanto do desmatamento da Amazônia promove o desaparecimento de espécies animais e vegetais?

Luis Otávio do Canto Lopes: Esta é uma questão que precisa de muita atenção das ciências, sobretudo aquelas que têm maior aproximação com os estudos relativos à dinâmica dos ecossistemas das amazônias. O desaparecimento de espécies acompanha a vida do planeta. Porém, não há precedente na nossa história, onde o ritmo de transformação da qualidade técnica, da informação, da transformação da natureza em um sistema híbrido (natureza-sociedade) como no momento em que vivemos, por isso, a pesquisa, a ciência, com o propósito de desvendar os reais efeitos do desmatamento das amazônias é algo que deve estar em todas as agendas do Estado e dos governos. No governo passado tivemos a negação da sua importância, por isso temos que correr atrás do prejuízo e com grandes chances de não termos a menor ideia sobre a magnitude do problema derivado pela perda de espécies provocadas pelo desmatamento, que outrora foi estimulado pela política da “terra nua” e que ainda tem força e se mantém viva na cabeça de muitos governantes, empresários e

vários outros sujeitos sociais que a defendem, inclusive com uma narrativa desenvolvimentista. Lembremos da política que se manifesta na matança das lideranças que se moldam na luta contra esse modelo desenvolvimentista de rapina nas amazônias.